

Moção

1.º DE MAIO - DIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

A Associação Internacional dos Trabalhadores, (AIT), fundada em 1864 em Londres, lança a reivindicação das 8 horas de trabalho. Nessa época trabalhavam-se 10, 12, 14 e mais horas.

A reivindicação das oito horas espalhou-se e ganhou a adesão por todo o mundo, com especial realce para o operariado dos EUA e Canadá, que avançou para grandes lutas, que o patronato respondeu com violenta repressão. Em Chicago, nos primeiros dias de Maio de 1886, milhares de trabalhadores manifestaram-se nas ruas, exigindo as oito horas. A polícia organizou uma provocação, desencadeando uma violenta repressão sobre os manifestantes. Os activistas do movimento dos trabalhadores foram presos e levados a julgamento, num processo manipulado, que conduziu à condenação e enforcamento de quatro dirigentes.

Os acontecimentos de Chicago provocaram grande clamor mundial, gerando movimentos de denúncia e solidariedade que obrigaram o Governador do Estado de Illinois a promover um inquérito que concluiu terem sido o patronato e a polícia a organizar as provocações, ilibando os dirigentes e os trabalhadores. Para alguns tardiamente, porque já tinham sido assassinados.

Os acontecimentos de Chicago tiveram grande repercussão mundial. Os Congressos operários reunidos em Paris decidiram apelar à comemoração mundial do 1.º de Maio em 1890. Poucos anos depois, o 1.º de Maio é declarado feriado em vários países.

Em Portugal, o 1.º de Maio foi comemorado com iniciativas de luta e festivas, desde 1890. Em 1919, pela primeira vez, é consagrada na lei a jornada de oito horas de trabalho para os trabalhadores do comércio e indústria, continuando os pescadores e os agricultores a trabalhar de “sol a sol”.

Durante a ditadura fascista, de 1926 a 1974, o governo proibiu, reprimiu e encarcerou muitos dos que continuaram a organizar e a comemorar o Dia do Trabalhador. Em 1962, as comemorações assumiram uma grande dimensão de massas. Dezenas de milhares de trabalhadores manifestaram-se nas ruas de Lisboa, Porto, Setúbal e em muitas outras cidades, vilas e aldeias, enfrentando a repressão e a violência policial e a posterior prisão. Na sequência destas manifestações, ganhou força a campanha das oito horas nos campos do Alentejo e Ribatejo, acabando com o trabalho de “sol a sol”.

No dia 25 de Abril de 1974, o MFA derrubou o governo fascista e instaurou a liberdade e a democracia em Portugal.

A Intersindical, fundada em 1 de Outubro de 1970, emerge como a grande força organizada dos trabalhadores, mobiliza os sindicatos e trabalhadores para grandiosas acções em defesa de direitos e melhores condições de trabalho e obriga o Presidente da Junta Salvação Nacional que então governa, a declarar o 1.º de Maio, pela primeira vez em Portugal, Feriado Nacional.

Ao apelo da Intersindical e dos seus Sindicatos, milhões de trabalhadores saíram à rua nesse belo e histórico Dia do Trabalhador em Liberdade, impulsionando decisivamente a democracia, os direitos e o Estado de direito democrático que viria a ter consagração constitucional em 2 de Abril de 1976.

Desde então, a CGTP-IN sempre organizou em liberdade as comemorações do Dia Internacional do Trabalhador, com grandes manifestações de trabalhadores em todo o país.

O XIII Congresso da CGTP-IN apela à participação massiva dos trabalhadores nas comemorações do 1.º de Maio, que a CGTP-IN vai organizar em todo o país, para reclamar:

- O aumento geral dos salários, muitos sem actualização há anos, consequência da política de direita dos governos, aproveitada pelos patrões para aumentar a exploração e a riqueza e empobrecer os trabalhadores;
- A redução dos horários de trabalho de todos os trabalhadores para as 35 horas, acabar com as adaptabilidades e os bancos de horas. Exigir a organização de horários que articulem a vida profissional com a vida pessoal e familiar;
- A passagem a efectivos de todos os trabalhadores com vínculo contratual precário que estejam a ocupar postos de trabalho permanentes;
- O investimento e desenvolvimento da economia para criar emprego e riqueza, libertar Portugal dos constrangimentos limitadores da soberania e independência nacionais;
- Serviços públicos de qualidade, designadamente, de saúde, segurança social, ensino.

Vamos afirmar a solidariedade internacional e homenagear a luta histórica dos trabalhadores e dos povos.

Almada, 26 e 27 de Fevereiro de 2016

O XIII Congresso da CGTP-IN